CONTRATO AVULSO N.º 19/2019



CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, POR AJUSTE DIRETO, PARA "LIMPEZA DE DETRITOS NA VIA PÚBLICA COM RECURSO A ALUGUER DE VEÍCULOS (CAMIÃO, MÁQUINA E VASSOURA MECÂNICA) RESULTANTES DA TEMPESTADE LESLIE" VALOR DO ATO: €19.712+ IVA Aos doze dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e dezanove, em Montemor-o-Velho e Edifício dos Pacos do Concelho é celebrado o presente contrato, entre os seguintes outorgantes: PRIMEIRO: MUNICÍPIO DE MONTEMOR-O-VELHO, pessoa coletiva de direito público, número 501 272 976, através da Câmara Municipal de Montemor-o-Velho, representada pelo seu Presidente Emílio Augusto Ferreira Torrão, Dr., a ural e residente na Vila de Montemor-o-Velho, com poderes bastantes para o ato, os quais lhe são conferidos pela alínea f) do n.º 2 do artigo 35º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, que aprovou o atual regime jurídico das autarquias locais. SEGUNDO: FORÇA ACTIVA - PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE TERRAPLANAGEM, LDA., sociedade por quotas, com sede na Rua de Santa Apolónia, nº 79 - Meco, 3140 - 037 Arazede, registada no Registo Comercial sob número único de matrícula e de pessoa coletiya 504 403 397, de acordo com a consulta on-line da certidão permanente, com o código de ace. , subscrita em 29-11-2018 e válida até 29-11-2019, representada neste acto por José Manuel Sousa Pereira, portador do Cartão de Cidadão nº a com domicílio profissional na Rua de Santa Apolónia, nº 79 válido até Meco, 3140 - 037 Arazede, que outorga na qualidade de gerente da Sociedade, com poderes bastantes para o presente acto que lhe foram conferidos pela certidão permanente, antes referida. O Presidente da Câmara, por despacho de 15 de janeiro do corrente ano, mediante realização de procedimento pré-contratual por ajuste direto e após o cumprimento das

respectivas formalidades legais, adjudicou à representada do(s) segundo(s) outorgante(s) a

Prestação de Serviços para "Limpeza de detritos na via pública com recurso a aluguer des veículos (Camião, máquina e vassoura mecânica) resultantes da tempestade Leslie", em conformidade com as cláusulas previstas no caderno de encargos, no respectivo convite e de acordo com a proposta adjudicada, documentos que aqui se dão por integralmente reproduzidos para todos os efeitos legais e que são do inteiro conhecimento das partes. 1. Que nos termos e para efeitos do disposto do art.º 290º-A do Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, na sua atual redação, foi designado como Gestor do presente contrato, e em nome da Entidade Adjudicante, a Eng.^a , nomeado por despacho do Presidente da Câmara de 15 de janeiro do corrente ano. 2. Que, em conformidade com o despacho do Presidente da Câmara de 15 de janeiro do corrente ano, foi aprovada a minuta do presente contrato, que se regerá pelas seguintes cláusulas: ___ ____1*. Objeto: O presente contrato tem como objecto principal a Prestação de serviços para "Limpeza de detritos na via pública com recurso a aluguer de veículos (Camião, máquina e vassoura mecânica) resultantes da tempestade Leslie", ficando esta prestação sujeita às Disposições Gerais, Específicações Técnicas e outras mencionadas no caderno de encargos, documento que faz parte integrante do presente contrato, pelo qual se rege, e que aqui se dá por integralmente reproduzido para todos os efeitos legais. 2ª. Prazo de Vigência: O período de vigência da presente prestação de serviços é de 30 dias, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da cessação da mesma. ____ 3^a. Preço Contratual: 1 - Pelo fornecimento dos bens objecto do presente Contrato, bem como, pelo cumprimento das demais obrigações constantes do Caderno de Encargos, fica o Município de Montemoro-Velho obrigado a pagar ao prestador de serviços €19.712,00, preço constante da proposta adjudicada, acrescido do imposto sobre o valor acrescentado à taxa legal em vigor. 2 - O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao contraente público, (incluindo as

despesas de alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição,
transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais bem como quaisquer encargos
decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças).
4 ^a . Cabimento e Compromisso:
Foi verificado que o encargo financeiro, resultante do presente contrato, está cabimentado e
compromissado na despesa orçamental, para o corrente ano económico, através das rubricas
seguintes: orgânica: 02 e económica: 020210 - Transportes, conforme o documento de
compromisso, com o nº sequencial (Lei 8/2012): 30443/2019, o qual se encontra anexo ao
presente contrato e dele faz parte integrante.
5². Condições de Pagamento:
1 - Os pagamentos devem ser feitos pela entidade adjudicante no prazo de 30 dias após a
receção pelo Município das respetivas faturas, que serão emitidas apenas com o vencimento
da obrigação respetiva.
2 - Em caso de discordância por parte do município de Montemor-o-Velho, quanto aos
valores indicados nas faturas, deve este comunicar ao prestador de serviços, por escrito, os
respetivos fundamentos, ficando o prestador de serviços obrigado a prestar os
esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura retificada.
3 - Desde que devidamente emitidas e observado o disposto no n.º 1, as faturas são pagas
através de através de cheque ou de transferência bancária.
6ª. Caução
Nos termos previstos no nº 2 do artigo 88º do Código dos Contratos Públicos e de acordo
com o ponto 9 do convite, não é exigida a prestação de caução.
7ª. Obrigações principais do prestador de serviços:
Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável, no Caderno de Encargos
ou nas cláusulas contratuais, da celebração do contrato decorrem para o fornecedor a
obrigação;
- Limpeza de detritos na via publica com recurso a camião, máquina e vassoura mecânica,
resultantes da tempestade Leslie em todas as freguesias do Concelho
Descrição unidade Quantidade

Limpeza de detritos na via publica com recurso a aluguer de horas 176
veículos (Camião, máquina e vassoura mecânica)

8ª. Resolução por parte do contraente público:
1 - Sem prejuízo dos fundamentos legais vigentes, o Município de Montemor-o-Velho pode
resolver o contrato, a título sancionatório, no caso de o fornecedor violar de forma grave ou
reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem, designadamente nos seguintes casos:
a) Incumprimento dos requisitos técnicos e funcionais mínimos associados ao fornecimento
expressas no Caderno de Encargos e no Contrato;
b) Incumprimento das suas obrigações relativamente aos pagamentos das contribuições para
com a Administração Fiscal e Segurança Social, nos termos das disposições legais
aplicáveis;
c) Prestação de falsas declarações;
d) Atraso, total ou parcial, no fornecimento objeto do contrato, superior a 10 dias ou
declaração escrita do fornecedor de que o atraso excederá esse prazo;
e) Recusa em prestar o scrviço.
2 - O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante notificação
enviada ao fornecedor.
9º. Resolução por parte do fornecedor:
1 - Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei e independentemente
do direito de indemnização, o fornecedor pode resolver o contrato nos termos que se
encontram previstos no art.º 332.º do CCP.
2 - A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das
prestações já realizadas pelo fornecedor, cessando, porém, todas as obrigações deste ao
abrigo do contrato com exceção daquelas a que se refere o artigo 444.º do CCP.
10 ^a . Resolução de litígios:
Para resolução de todos os litígios decorrentes do contrato fica estipulada competência do
Tribunal Administrativo da área do Município de Montemor-o-Velho, com expressa
renúncia a qualquer outro.
O(s) Segundo(s) Outorgante(s) aceita(m) o presente contrato, com todas as

obrigações que dele emergem,	pela forma como fica exarado e documentos que dele ficam a
fazer parte integrante, atrás mer	ncionados, e que por estar(em) de acordo assina(m)
Todos os documentos de	habilitação exigidos se encontram arquivados no processo de
contrato, tendo sido conferidos	e verificada a sua validade a esta data.
Não foi pago imposto de	e selo por não ser devido nos termos do n.º 2 do artigo 1º do
Código do Imposto do Selo.	
O Primeiro Outorgante:	G-16. N-
O(s) Segundo(s) Outorgani	Rya de St. Apolónia, nº 79 Rya de St. Apolónia, nº 79 RE(S): HOSE HOSE APOLÓNIA PULL LA